

Vimos a público manifestar o nosso estarecimento e indignação diante da eleição do deputado Marco Feliciano para presidência da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Tal fato vem coroar a onda de retrocesso e descaso com as políticas de direitos humanos no Brasil, prejudicando principalmente as populações historicamente marcadas pela exclusão e marginalização, como negros, indígenas, mulheres, LGBTT e usuários de drogas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - da qual o Brasil é signatário - em seus primeiros artigos preconiza que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que devem gozá-los "sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, (...) ou qualquer outra condição".

Nas últimas décadas avançamos no entendimento e na implementação desses princípios. Apesar disto, violações aos Direitos Humanos são comuns no país, exigindo dos governantes a criação e o fortalecimento de dispositivos que protejam os grupos mais vulneráveis, não sendo tolerável qualquer intento de fragilizar esses dispositivos em transações políticas ou eleitorais.

A CDHM, ao longo de seus 18 anos de existência, tem sido um dos escassos espaços na esfera federal em que a luta pela consolidação e proteção dos direitos das minorias vinha sendo garantida. No entanto, na última semana, vimos a comissão ser abertamente entregue ao Partido Social Cristão (PSC) e oferecida justamente à pessoa do deputado pastor Marco Feliciano, cujas declarações desrespeitam e violam os princípios básicos da Declaração de Direitos Humanos. Em prol da chamada governabilidade, ofereceu-se às populações que a Comissão deveria proteger a violência, a discriminação, a segregação e a perpetuação da desigualdade. Com a eleição do novo presidente, que publicamente tem violado os direitos e a dignidade dos cidadãos brasileiros ao discriminar as pessoas por religião, raça e origem étnica, orientação e identidade sexual, este importante e simbólico espaço em que são defendidos os direitos daqueles historicamente punidos pela desigualdade característica do país fragiliza-se.

Assim, além das manobras políticas que tem propiciado o desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS); do retrocesso nas políticas públicas para epidemia de aids; da fragilidade das políticas educacionais de promoção do respeito à diversidade; do conservadorismo nos debates sobre as questões da violência, saúde e sexualidade das populações LGBTT, indígenas, negros, mulheres e outras minorias prejudicadas pela negação de seus direitos; a mercantilização dos direitos humanos igualmente *nos tira o sono*. A permanência do deputado Marco Feliciano na presidência da CDHM e a atual composição da Comissão são ameaças gravíssimas ao Estado laico e à proteção aos direitos dos cidadãos brasileiros.

NEPAIDS – Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS da Universidade de São Paulo



Cassia Maria Buchalla



Vera Paiva

Coordenadoras do NEPAIDS